



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

FEMINISMO E MARXISMO: contribuições da teoria social crítica nos estudos de gênero

Tainã de Sá Porto¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre o movimento feminista no Brasil, priorizando as contribuições da teoria marxista para a análise e crítica da situação das mulheres na sociedade capitalista. Considera a articulação dialética entre as categorias gênero e classe social para o entedimento das relações sociais em sua totalidade, tendo como perspectiva teórica o feminismo marxista.

Palavras-Chaves: Feminismo. Marxismo. Gênero. Feminismo Marxista.

ABSTRACT

This article presents some considerations about the feminist movement in Brazil, prioritizing the contributions of Marxist theory to the analysis and criticism of the situation of women in capitalist society. Considers the dialectical articulation between gender and social class categories for understanding of social relations in their entirety and the theoretical perspective Marxist feminism.

Keywords: Feminism. Marxism. Gender. Marxist Feminism.

INTRODUÇÃO

Há séculos a realidade de desigualdade tem permeado a relação entre homens e mulheres. As razões pelas quais as relações entre os sexos são construídas, como funcionam e como elas mudam têm encontrado embasamento em teorias como a do patriarcado e de gênero, fomentadas pela discussão feminista.

¹ Assistente Social. Mestra em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento na Amazônia (PPGSS/UFPA) e Professora do Curso de Graduação em Serviço Social na Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ).

Essas teorias têm fornecido subsídios fundamentais na compreensão das condições históricas que envolvem as relações entre os sexos e, sobretudo, para os estudos sobre a temática da mulher e do feminismo, enquanto movimento social que problematiza a desigualdade entre os sexos, conferindo visibilidade à questão da opressão feminina.

Dentre as grandes tendências teóricas do movimento feminista, a influência da teoria social crítica nas formulações feministas ocorre no sentido de articular dialeticamente as categorias gênero e classe social. A perspectiva marxista assume uma dimensão crítica, na medida em que conclui que modo de produção capitalista e condições plenas de igualdade são excludentes.

O presente artigo tem como proposta refletir sobre a articulação entre marxismo e feminismo e as contribuições que a teoria social crítica trouxe para a produção intelectual feminista. A reflexão parte do pressuposto de que os esforços feministas e marxistas, têm como objetivo em comum a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, serão apresentadas considerações sobre o movimento feminista no Brasil e em seguida algumas reflexões sobre a obra de Friedrich Engels², que trata da origem da propriedade privada e sua relação com a gênese da subordinação feminina³.

Em seguida, tratar-se-á das discussões que consideram a articulação entre o feminismo e o marxismo e abordam o papel da mulher na sociedade de classes.

No último tópico, a questão central abordada será sobre a associação entre a luta pela emancipação feminina e a construção de uma nova sociedade, marcada pela ruptura com o capitalismo. Apresenta-se também a proposta teórico-metodológica do chamado feminismo marxista, que propõe o imbricamento entre classe, gênero e raça/etnia, considerando essas categorias como estruturas antagônicas que constituem o sujeito social.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

O movimento feminista brasileiro⁴, desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações,

² Friedrich Engels foi um teórico alemão que juntamente com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo.

³ ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

⁴ Os estudos sobre a trajetória do movimento feminista brasileiro estabelecem três grandes momentos: o primeiro ocorreu no final do século XIX e início do século XX até 1932, o segundo momento ocorreu no final da década de 1960 e início da década de 1970 e o terceiro momento de lutas feministas ocorreu entre os anos 1970 e 1980, representadas, sobretudo, pelas mulheres trabalhadoras latino-americanas.

objetivos e pretensões diversas. Apesar de sua histórica multiplicidade o movimento feminista foi caracterizado por reunir mulheres intelectuais, em sua maioria professoras universitárias e profissionais liberais.

Dessa forma, a aproximação do movimento com a universidade ocorreu com certa facilidade. A produção acadêmica sobre a mulher tem o texto pioneiro de Heleieth Saffioti⁵, intitulado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” como um marco, por ter trazido para dentro do debate marxista o tema da opressão da mulher.

O movimento feminista, desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, vem se expressando de diversas formas⁶. Entende-se que o feminismo, enquanto movimento social, surge para denunciar a condição subordinada da mulher na sociedade e a aparente naturalidade desta condição. Dessa maneira, o movimento confere visibilidade às questões relativas às mulheres defende a igualdade entre homens e mulheres.

Para Saffioti (1987), não se deve falar de feminismo no singular. Segundo a autora, a rigor, “não existe um só feminismo, pois há diferenças de bandeiras levantadas, de ênfase posta numa ou noutra reivindicação, de estratégias de luta” (SAFFIOTI, 1987, p. 93). No entanto, a autora afirma que, a maioria das lutas estão voltadas para a conscientização de homens e mulheres sobre a necessidade de se construir condições efetivas de igualdade entre os sexos.

A fase mais contemporânea do feminismo aponta para a profissionalização do movimento via Organizações Não Governamentais (ONGs), trazendo uma nova forma de fragmentação de temas e sujeitos, atuando tanto junto à sociedade como junto ao Estado. Para Sardenberg (2002), pode-se dizer que as ONGs feministas vêm assumindo uma postura “mediadora entre o discurso da academia e da militância não acadêmica, fazendo, por assim dizer, a ‘tradução’ entre um e outro e, entre estes e agências governamentais” (SARDENBERG, 2002, p. 16).

De acordo com Pinto (2003), além dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs existe uma diversidade de manifestações de mulheres, seja em movimentos populares, partidos políticos e sindicatos, que discutem as questões dos direitos das mulheres. No entanto, é nas

⁵ A autora é conhecida internacionalmente como uma das mais importantes pesquisadoras feministas do Brasil. Heleieth Saffioti é considerada referência fundamental para o feminismo marxista brasileiro.

⁶ Conforme Pinto (2003, p. 09), no Brasil, as manifestações feministas vão desde reuniões privadas em casas de intelectuais até reuniões com 3.000 (três mil) participantes.

universidades públicas que se alojam as principais discussões em relação ao tema da desigualdade sexual e de propostas de políticas públicas para o seu enfrentamento.

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros (Lisboa, 2010, p. 69).

3 A ORIGEM DA PROPRIEDADE PRIVADA E A SUBORDINAÇÃO DA MULHER

Engels (1995), em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, interpreta a formação das sociedades estruturadas sobre o conceito de propriedade privada, analisa a formação e a institucionalização da família em conformidade com a origem do Estado Capitalista Moderno. Nesta obra Engels não toma a condição da mulher como principal, no entanto o autor fornece as bases para o desvendamento da origem da opressão da mulher.

Para Engels (1995), o desmoronamento do direito materno⁷ foi “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo”. Conforme o autor, nesse momento,

O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher (...), tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 1995, p. 61).

Ao citar a obra de Engels, Moraes (2000)⁸, em seu artigo “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças”, afirma que de acordo com a concepção marxista, a subordinação da mulher teve início com a instauração da propriedade privada. A autora assegura que:

No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da ‘opressão específica’ [...] (MORAES, 2000, p. 01).

⁷ Segundo Engels (1995), nas sociedades primitivas, o direito materno consistia na transmissão hereditária de herança, exclusivamente pela filiação feminina. A partir da abolição desse sistema do direito hereditário materno instaurou-se a forma de família patriarcal.

⁸ A autora também faz referência à obra O Manifesto Comunista, de 1848, onde Marx e Engels, reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas (Moraes, 2000, p. 02).

O surgimento da propriedade privada funciona como fator preponderante na desigualdade entre homens e mulheres, onde a mulher passa a ser confinada ao ambiente doméstico, tornando-se uma propriedade do homem. A opressão social sofrida pela mulher é consequência de uma opressão econômica, na medida em que sua capacidade produtiva é reduzida e limitada. Em outras palavras, na medida em que a sociedade começa a se complexificar (forças produtivas e relações de produção) a mulher é vista como incapaz de operar os novos instrumentos de produção, sendo destinada aos serviços domésticos.

No processo de produção o homem torna-se mais produtivo e dono dos meios de produção e o trabalho doméstico torna-se subalterno e inferiorizado. Embora Engels (1995), em sua obra, não tenha tomado a condição feminina como principal, ele evidencia o processo histórico em que o homem supera a mulher no mundo produtivo.

Essa condição produtiva da mulher, evidenciada por Engels (1995), permite refletir sobre como o trabalho doméstico não é contabilizado como atividade econômica, no entanto o capital necessita da mulher no espaço reprodutivo, a fim de garantir sua manutenção e reprodução. A dialética "produção e reprodução social", define o lugar da mulher nas sociedades de classe. A mulher é explorada no trabalho e confinada à casa.

No contexto dessa orientação teórico- metodológica, que articula feminismo e marxismo, Castro (2000), compartilha dessa perspectiva e argumenta que tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação em questionar as “relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder” (CASTRO, 2000, p. 99).

A compreensão de que as desigualdades estão na base do processo de formação do sistema capitalista e que a mulher encontra-se em uma posição de dupla desvantagem nesse sistema são fatores importantes para a análise da condição feminina na sociedade de classes, essa análise será abordada em seguida, pela perspectiva teórica que vincula o feminismo ao marxismo.

4 ARTICULANDO FEMINISMO E MARXISMO

A relação entre o marxismo e o feminismo é importante na trajetória do feminismo, quer como conhecimento teórico quer como prática revolucionária. A teoria social crítica, enquanto aporte teórico, possibilita a análise histórica e materialista da situação das mulheres. O marxismo provocou profundas mudanças no campo das práticas sociais e o feminismo de certo modo também, no momento em que o movimento inicia uma nova

percepção da mulher na sociedade e a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia uma explicação.

Os estudos sobre a trajetória do movimento feminista brasileiro⁹ estabelecem três grandes momentos na história. O terceiro momento de lutas feministas ocorreu entre os anos 1970¹⁰ e 1980, representadas, sobretudo, pelas mulheres trabalhadoras latino-americanas. Dessa forma, o movimento avança no sentido de incorporar a dimensão de classe nas suas reivindicações questionando inclusive o modo de produção capitalista¹¹.

No Brasil, as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira. Muitas delas tinham vivido exiladas em algumas capitais européias, absorvendo principalmente a experiência das feministas francesas e italianas. A influência teórica do feminismo europeu, próximo das correntes socialistas e marxistas, marcou, portanto, a primeira fase do feminismo brasileiro e de sua produção teórica.

Em sua obra “A mulher na sociedade de classes - mito e realidade” (2013), Heleieth Saffioti, afirma que o problema da mulher não pode ser compreendido de forma isolada da sociedade. A autora ao investigar os estreitos laços que unem opressão feminina e modo de produção capitalista, considera que a superação da opressão feminina só será possível com a destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo. No sistema capitalista características naturais como, por exemplo, o sexo e a raça/etnia tornam-se mecanismos que funcionam como desvantagem no processo de produção capitalista, atuando de forma oportuna para a manutenção da estrutura de classes.

De acordo com Saffioti (2013), o modo de produção capitalista “eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (SAFFIOTI,

⁹ Para um maior aprofundamento, ver Pinto (2003); Toledo (2001).

¹⁰ “Na Europa e nos EUA, no final da década de 70, e também na América Latina, aparecem várias publicações feministas que se apoiariam em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher, em especial, no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo. Nessa fase, ocorreu também um criativo debate sobre os conceitos de produção e de reprodução, o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do trabalho” (CASTRO, 2000, p. 101).

¹¹ “No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas. Assim, a ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas[...]. Com Engels e Marx, as feministas da esquerda européia, nos anos 1960-70, puderam construir uma ‘teoria da opressão’ e partir para a luta” (MORAES, 2000, p. 02).

2013, p. 54). Ainda de acordo com a autora, o surgimento do capitalismo ocorre em condições extremamente desfavoráveis à mulher, visto que,

no processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina (...); no plano estrutural, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas. (SAFFIOTI, 2013, 65-66).

As desvantagens sociais e a marginalização do sistema produtivo a que as mulheres estavam submetidas, permitiam à sociedade capitalista em formação extrair dessas mulheres o máximo de mais-valia absoluta¹² através, concomitantemente, da intensificação e extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos.

Conforme Saffioti (2013), de fato, no início do capitalismo industrial foi registrado, nas funções fabris, o assalariamento de tão grandes contingentes femininos e infantis que Marx não pôde deixar de notar que “o trabalho da mulher e da criança foi o primeiro brado da aplicação capitalista da maquinaria” (MARX, 1946, p. 323 apud SAFFIOTI, 2013, p. 69). A autora esclarece que, com o advento das máquinas, a utilização da força física torna-se pouco necessária, permitindo empregar indivíduos que dispõem de reduzida força muscular ou não completaram o desenvolvimento de seu organismo, mas que possuem grande flexibilidade, propiciando dessa forma o trabalho feminino e infantil.

De acordo com a autora, na sociedade de classes, o trabalho¹³, gera um valor do qual o indivíduo não se apropria inteiramente, seja homem ou mulher. No entanto, a mulher se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. Para Saffioti (2013), “é óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social” (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

As reflexões apontadas pela autora, demonstram que a inferiorização social da mulher, interfere de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista. Conforme Saffioti (2013), no modo capitalista de produção não são explícitos somente a natureza dos

¹² De acordo com Marx, a mais-valia é a parcela de trabalho que o capitalista se apropria de seus empregados, ou seja, são as horas trabalhadas além do valor realmente pago por elas. Marx, chamou de “mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (MARX, 2008, p. 366).

¹³ Para Marx, na base da atividade econômica está o trabalho, através do qual é possível produzir bens, satisfazer necessidades, criar valores. O trabalho funda a sociabilidade humana, na medida em que funciona como elemento diferenciador entre o ser natural e o ser social.

fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais, como também utiliza-se da tradição para justificar a marginalização de determinados setores da população do sistema produtivo. Desse modo, “é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013, P. 66).

Com base em seus estudos sobre a teoria marxista, Saffioti (2013), afirma que:

Os determinantes da vida social da mulher são encarados, pois, por Marx, como decorrências de um regime de produção cujo sustentáculo é a opressão do homem pelo homem; de um regime que aliena, que corrompe tanto o corpo quanto o espírito. Embora Marx não tenha se preocupado em realizar uma análise minuciosa da condição da mulher nas sociedades capitalistas, seus escritos sobre o tema sugerem que ele vislumbrava a complexidade do assunto. (SAFFIOTI, 2013, p. 118).

Conforme a autora, na medida em que Marx considera a família e a situação da mulher nela a na sociedade como elementos de uma configuração histórica, elas deixam de ser simplesmente relacionadas à propriedade para se ligarem ao modo de produção¹⁴. Ainda de acordo com a autora, Marx não considera o problema da mulher como algo isolado da sociedade e de seu tipo de estrutura.

O marxismo possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas as de gênero, considerando a perspectiva de totalidade, que não permite fragmentar a realidade. Dessa forma, a partir do método da dialética crítica os fenômenos são apreendidos para além da sua aparência imediata, buscando a essência dos fenômenos sociais e suas determinações.

A teoria social crítica propõe um método de conhecimento da realidade que além de considerar a sua dimensão materialista, leva em conta as demais determinações sociais, políticas e culturais. Desse modo, essa teoria permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero “instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas as mulheres” (CISNE, 2005, p. 07).

Para Cisne (2005), a teoria marxista, ao expor em bases materiais concretas a subordinação da mulher, permite engendrar ações da transformação desta situação, transformações em torno da busca pela igualdade substantiva. Para a autora, a teoria social crítica vai à essência dos fenômenos, apreendendo as grandes determinações e suas

¹⁴ “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral” (Marx, 1957, p. 04 apud Saffioti, 2013, p. 119).

particularidades, analisando dentro de uma dimensão materialista e de uma perspectiva de totalidade a subordinação da mulher, portanto, a desnaturalizando.

Considerando a perspectiva teórica que vincula o marxismo ao feminismo e compreendendo a importância de sua prática revolucionária, torna-se pertinente abordar como a influência da teoria social crítica pode subsidiar o movimento feminista com ações políticas transformadoras.

5 POR UMA AÇÃO POLÍTICA TRANSFORMADORA

Partindo do pressuposto de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, marcada pela ruptura com o capitalismo, a teoria marxista fornece as bases teóricas e práticas indispensáveis para a luta das mulheres, uma vez que teve como objeto a sociedade burguesa e sua superação.

A orientação metodológica que considera a aproximação teórico-política entre feminismo e marxismo, ao afirmar que no âmbito do capitalismo, nem homens e nem mulheres podem alcançar a sua liberdade substantiva, tece a crítica sobre a realidade de opressão e dominação às mulheres vinculada ao processo de acumulação capitalista.

As contribuições mais relevantes têm sido dadas pela produção de conhecimento da Teoria Feminista que está vinculada ao método crítico-dialético, principalmente o que tem sido denominado de marxismo feminista, que trabalha com a articulação das categorias sociais classe social, gênero, raça/etnia.

Ao conceituar gênero Saffioti (1994), defende que o acervo de teorias, acumulado em três décadas de estudos feministas, permite compreender o gênero como uma construção social do masculino e do feminino. Ao contrário do que denomina as posições essencialistas ou pautada na natureza biológica, a autora considera as diferenças entre homens e mulheres “como fruto de uma convivência social mediada pela cultura” (SAFFIOTI, 1994, p.272), referindo-se dessa maneira a uma relação entre sujeitos historicamente situados.

Esta posição de Saffioti que se inscreve no contexto da tradição do materialismo marxista, encontra apoio em Araújo (2000) que destaca as contribuições do “marxismo ao feminismo”, situando a origem da subordinação da mulher “num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados” (ARAÚJO, 2000, p.65). Segundo a autora o conceito de gênero nasce a partir da necessidade de compreender como

essa subordinação é reproduzida e como a superioridade masculina é sustentada em suas diversas manifestações.

O “marxismo feminista” embora parta da classe social se afasta da idéia da centralidade conceitual e considera a multiplicidade do sujeito social, constituído em gênero, raça/etnia e classe (Araújo, 2000), implica em apreender dialeticamente a realidade, analisando suas contradições em uma perspectiva de totalidade. A articulação dessas categorias permite desse modo, avaliar a dinâmica de dominação e da desigualdade social de forma mais geral. Essa perspectiva de análise permite situar, histórica e materialmente, a gênese do processo de naturalização da subordinação feminina, processo esse determinado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos específicos.

Conforme Cisne (2005), “é inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. Essas opressões, no entanto, são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada uma: a classe as divide” (CISNE, 2012, p. 105). A autora compreende que dentro do modo de produção capitalista as condições materiais de vida diferenciam as mulheres, mesmo que essas estejam unidas por características próprias do gênero feminino.

Desse modo, as reflexões colocadas pela autora, confirmam que as relações sociais de gênero, no âmbito da sociedade capitalista, são relações desiguais e hierarquizadas seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões propostas neste artigo compreende-se que o problema da subordinação da mulher possui caráter estrutural e dinâmico. Obviamente, que a teoria criada por Marx buscou compreender a dialética de seu tempo na medida em que estudou a gênese, o desenvolvimento e a crise do modo de produção capitalista, no entanto, de acordo com as análises realizadas pelos autores citados neste artigo, visualizamos que é inegável a influência marxista nas formulações feministas.

Em relação à perspectiva teórica que considera a articulação entre o feminismo e o marxismo, considerou-se importante destacar o papel da mulher na sociedade de classes na medida que essa reflexão fornece subsídios teóricos para o entendimento da situação da mulher numa perspectiva de totalidade, considerando as imbricações existentes entre o gênero e a classe social.

Por fim, no tópico em que se propõe uma ação política transformadora, conclui-se que o problema da mulher não está desvinculado dos problemas gerais da sociedade e que a emancipação feminina está atrelada à construção de uma nova sociedade, na medida que emancipação feminina e sistema capitalista são incompatíveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Revista Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e Feminismo. [2000]. Disponível em: www.criticamarxista.com.br. Acesso em: 21 set. 2013.

CASTRO, Mary Garcia. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais**. Revista Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e Feminismo. [2000]. Disponível em: www.criticamarxista.com.br. Acesso em: 05 mai. 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC, v.2, n.3, p. 93- 100, 1994.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Florianópolis: Revista Katálysis. v. 13. n. 1. p. 66-75 . jan./jun, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. 26. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 269- 346; 363- 424, 2008.

MORAES, M. L. Q. **Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças**. Campinas: Revista Crítica Marxista. Vol. 11. p. 89-97, 2000.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Bolsa Família e Renda para Viver Melhor: reflexões a partir da teoria feminista**. Belém: Revista Gênero na Amazônia. N. 01. Janeiro/Junho, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, M. M. **Mulher brasileira é assim**. UNICEF: Rosa dos Ventos, p. 271-281, 1994.

_____, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARDENBERG, C. M. B. **Estudos Feministas: um esboço crítico**. Comunicação apresentada à mesa “Teorias e Metodologias nas Pesquisas com Enfoque de Gênero”. In: Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, 01, 2002. Disponível em:
<http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6880/1/Estudos%20Feministas.%20Esbo%C3%A7o%20Cr%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.